



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão Especial – Análise do veto ao PL 377/22

Relatório

Trata-se de análise do Veto ao Projeto de Lei nº 377/22 de autoria dos vereadores Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Álvaro Damião; Ver.(a) Irlan Melo; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Léo; Ver.(a) Marilda Portela; Ver.(a) Nely Aquino; Ver.(a) Professor Juliano Lopes; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão; Ver.(a) Wanderley Porto que altera a classificação quanto à permissividade de usos da Rua Medusa, no Bairro Santa Lúcia.

O projeto em questão tramitou regularmente pela Câmara Municipal, tendo sido aprovado em dois turnos e encaminhado ao Executivo para sanção, sendo, contudo, vetado por aquele poder ao seguinte argumento:

Em que pese a louvável iniciativa, a presente proposição fere o disposto no art. 86 da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, uma vez que não observou o prazo mínimo de 8 (oito) anos a partir da entrada em vigor da referida lei para a alteração do seu conteúdo. A norma, ao estabelecer o prazo mínimo de manutenção dos termos centrais do plano diretor, tem a finalidade de evitar que o planejamento urbano seja alterado a todo tempo, prejudicando os resultados esperados quando da sua elaboração.

Além disso, é competência do Conselho Municipal de Política Urbana — Compur — promover a atualização das classificações viárias quanto à permissividade (inciso V do e § 5º do art. 83 da Lei nº 11.181, de 2019), devendo tais atualizações serem encaminhadas pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo por meio de projeto de lei (art. 362 da Lei nº 11.181, de 2019). A proposição de lei em comento, portanto, viola também o princípio da separação de poderes (art. 2º da Constituição Federal, art. 173 da Constituição do Estado de Minas Gerais e art. 6º da LOMBH)

Assim, em razão do veto e na forma regimental, vem agora a análise da Comissão Especial, fui designado relator e passo as considerações.

Fundamentação

Conforme bem trazido pela CLJ quando da análise do projeto e de sua emenda, não há vício de legalidade ou constitucionalidade que impeça seu trâmite, isto porque o meio ambiente, inclusive o Urbano, tem aspecto de reserva Constitucional, sendo derogada norma que lhe impeça ou freie a amplitude, tema julgado na ADC 42 pelo STF.

Dito isto, verifica-se que sob a perspectiva do consequencialismo e do estímulo à atividade econômica, o Projeto apresentado refletiu a preocupação e a sensibilidade do Executivo em garantir bem estar para a população sem, com isto, onerar o erário, devendo isto ser louvado.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 19/06/23
HORA. 14:25



Sobre o tema Regulação, Gustavo Binenbojm¹ expõe:

Conforme dito anteriormente, regular é exercer, em algum grau, uma atividade de controle comportamental tendo em vista uma finalidade regulatória pretendida. No entanto, tal afirmação exige três considerações preliminares que dialogam entre si. A primeira diz respeito à identificação clara do objetivo ou da finalidade regulatória socialmente desejada, a fim de avaliar qual a medida mais eficiente, entre todas disponíveis, para gerar o resultado esperado. A segunda consideração refere-se à necessidade de avaliação das variáveis temporais e da intensidade da medida escolhida, pois a conjuntura subjacente pode mudar a qualquer momento, interferindo na eficácia da regulação aplicada. Finalmente, uma última consideração diz respeito a indagação sobre os custos, diretos e indiretos, da regulação pretendida. (Poder de Polícia, Ordenação e Regulação, 2020)

Sérgio Guerra assim preleciona:

As garantias e os direitos fundamentais, para se tornarem efetivos, devem estar sob o manto da segurança das relações jurídicas entre o Estado e cada membro da sociedade. A segurança jurídica representa, dessa forma, a ideia de conjunto de condições que possa tornar possível a sociedade o prévio conhecimento das consequências de seus atos à luz das normas preestabelecidas pelo sistema jurídico.

E essa ordem de pensamentos não encontra dissenso doutrinário. Isto é, a busca por segurança jurídica foi – e continua sendo – um dos principais pilares de sustentação do Estado de Direito. (Discricionariedade, Regulação e Reflexividade. (p. 404, 2021)

Cita-se, novamente, Sérgio Guerra:

A complexificação crescente da atividade administrativa contemporânea implica a consideração da escolha administrativa como instrumento funcionalmente ligado à criação de clareza e previsibilidade relativamente ao desenvolvido futuro das relações jurídicas administrativas. (op. Cit. P. 442)

¹ Poder de polícia, ordenação, regulação: transformações políticojurídicas, econômicas e institucionais do direito administrativo ordenador. 3. ed. / Gustavo Binenbojm; prefácio de Luís Roberto Barroso; apresentação de Carlos Ari Sundfeld. Belo Horizonte: Fórum, 2020.



Logo, em que pese a necessidade de haver estabilidade do plano diretor, esta não é estanque ou imutável, devendo possuir mecanismos que garantam a sua adaptabilidade, mutabilidade e mobilidade aos anseios de um meio ambiente urbano sustentável.

Aliás, assim julgou o STF em repercussão geral:

O Plenário retomou julgamento de recurso extraordinário em que se discute a obrigatoriedade de previsão no plano diretor para fins de regramento da ocupação e do parcelamento do solo urbano em loteamentos fechados, também denominados condomínios horizontais ou condomínios urbanísticos. Na espécie, discute-se a constitucionalidade — em face dos artigos 182, §§ 1º e 2º, da CF — da LC 710/2005 do Distrito Federal, que dispõe sobre a disciplina de projetos urbanísticos em lotes integrados por unidades autônomas e áreas comuns condominiais — v. Informativo 755. Em voto-vista, o Ministro Luiz Fux acompanhou o Ministro Teori Zavascki (relator) para conhecer e negar provimento ao recurso. Nesse mesmo sentido, votou a Ministra Rosa Weber. O Ministro Luiz Fux destacou que caberia indagar se o art. 182, § 1º, da CF, ao erigir o Plano Diretor a “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” abarcaria interpretação que permitiria ao legislador infraconstitucional produzir atos legislativos específicos para cada espaço urbano ou se deveria ele se ater à alteração do Plano Diretor. Apontou a necessidade de se buscar a solução que melhor preservasse a harmonia e a homogeneidade da legislação urbanística, sem desconsiderar as peculiaridades de cada contexto urbano. Nesse ponto, a questão posta em causa não se resolveria no âmbito infraconstitucional. Frisou que o “caput” do art. 182 da CF determinaria que a política de desenvolvimento urbano estabeleceria suas diretrizes gerais em lei, qual seja, o Plano Diretor. Ademais, o § 2º do art. 182 da CF disporia que o Plano Diretor expressaria exigências fundamentais para que a propriedade urbana cumprisse a sua função social. **Assim, caberia ao Plano Diretor apenas estabelecer as diretrizes e exigências básicas, fundamentais e gerais para o ordenamento urbano. Nada impediria, portanto, que o Município ou o Distrito Federal, com base no art. 30, I e VIII, da CF, legislasse mediante normas esparsas sobre projetos e programas específicos de ordenamento do espaço urbano, desde que fossem observadas as diretrizes gerais traçadas pelo Plano Diretor.** Dessa forma, o Plano Diretor seria o instrumento legal a ditar a atuação do Município ou do Distrito



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Federal quanto ao ordenamento urbano, a traçar suas linhas gerais, porém a sua execução poderia se dar mediante a expedição de outras leis e decretos, desde que guardassem conformidade com o Plano Diretor. **No caso em exame, aduziu que a lei impugnada, ao dispor de forma específica sobre projetos urbanísticos com diretrizes especiais para unidades autônomas, apenas teria dado execução às determinações gerais do Plano Diretor, sem alterá-lo.** Nesse ponto, não haveria qualquer afronta ao art. 182, §§ 1º e 2º, da CF. Por outro lado, se as disposições da lei objeto de impugnação pelo recurso extraordinário contrariassem as diretrizes do Plano Diretor, tratar-se-ia de matéria infraconstitucional, cujo enfrentamento seria vedado pelo Enunciado 280 da Súmula do STF ("por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário"). Em seguida, pediu vista o Ministro Dias Toffoli. RE 607940/DF, Min. Teori Zavascki, 29.4.2015. (RE-607940)

Logo, o tema por ter sido julgado em repercussão geral impõe a sua observância, por força maior da LINDB e da estabilidade das relações jurídicas, não havendo óbice legal que se imponha perante o direito do povo de Belo Horizonte, por meio da competência delegada aos vereadores, rever a classificação de uma rua que não mais responde aos anseios da população, comprometendo por isso sua função social ambiental.

Da mesma forma, não há violação ao tema da reserva de poderes e não há invasão à competência do executivo, considerando ainda a criteriosa análise feita pela CLJ.

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela rejeição ao veto ao PL 377/22

CIRO DANIEL DE
SOUZA PEREIRA DA
SILVA:01507345658

Assinado de forma digital por CIRO
DANIEL DE SOUZA PEREIRA DA
SILVA:01507345658
Dados: 2023.06.19 10:57:09 -03'00'

Vereador Ciro Pereira

Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 19/06/2023 17:26:37 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo PARECER 377 veto .pdf ass.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 899554a350dc210d3666ccea10641d582dc52a55c7aaaad9db59841e4dc4cc9
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=CIRO DANIEL DE SOUZA PEREIRA DA SILVA:***073456**,
OU=videoconferencia, OU=09155925000186, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A3,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 19/06/2023 13:57:09 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐